



**MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos de Prestação de Contas
Ano de 2011**

RELATÓRIO DE GESTÃO

CÓDIGO POCAL

13

TRIBUNAL DE CONTAS

28

**Documento
Nº. 2**



RELATÓRIO DE GESTÃO

Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2, art. 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002 e n.º 1 do art.º 47º, da Lei Nº. 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), o Executivo Municipal vem apresentar os documentos de prestação de contas do Município da Golegã, referente ao ano económico do ano de 2011.

Após serem aprovados em reunião da Câmara Municipal os mesmos devem ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de Abril.

As contas do Município serão remetidas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 de Abril, independentemente da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, bem como as instruções da 2ª. Secção do Tribunal de Contas aprovadas por Resolução nº 4/2001.

Conforme dispõem os diplomas referidos, apresentam-se num único volume os mapas e anexos evidenciados no índice.

O ponto 2 das considerações técnicas do POCAL determina que a prestação de contas é composta pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão

O Relatório de Gestão, tem uma finalidade complementar, no sentido de disponibilizar de uma forma sintética e clara, um conjunto de elementos e de informações para uma melhor análise da situação económica e financeira do Município, fornecendo



De acordo com o ponto 13 do POCAL, de seguida passaremos a analisar as informações referentes ao exercício de 2011, da forma que se evidencia:

- a) - A situação económica
- b) - Indicadores da situação financeira
- c) - Evolução das dívidas nos últimos 3 anos, de curto, médio e longo prazos a terceiros
- d) - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício
- e) - Factos Relevantes ocorridos após o termo do Exercício

a) – SITUAÇÃO ECONÓMICA

No ano de 2011 registaram-se os seguintes valores de execução a nível orçamental:

Descrição	Receita	Despesa
Correntes	4.429.117,31 €	4.423.393,07 €
Capital	1.802.818,75 €	1.883.824,12 €
Total	6.231.936,06 €	6.307.217,19 €

Descrição	Valores
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes	+ 5.724,24 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital	-81.005,37 €
Diferença Total	-75.281,13 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2010	184.979,13 €
Saldo do Exercício de 2011	109.698,00 €

Como se constata, as receitas correntes foram superiores em 5.724,24 € em relação às despesas correntes, verificando-se o princípio do equilíbrio orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

No que se refere aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 81.005,37 €, verificando-se que a poupança corrente foi totalmente absorvida para fazer face a despesas de investimento, havendo mesmo assim necessidade de recorrer ao saldo transitado da gerência anterior.



Resultou assim um diferencial total negativo da importância de 75.285,13 € que subtraído ao saldo transitado do ano de 2010 no valor de 184.979,13 €, resultou um saldo em dinheiro na gerência de 2011 de **109,698,00 €**.

Em relação às previsões corrigidas o grau de execução da receita foi de 65,85%, verificando-se que a nível de receitas correntes, ultrapassou os 92,7%, situando-se num valor bastante acima ao verificado no ano de 2010 o que demonstra preocupação em cada ano, em ajustar convenientemente a execução à previsão. Por exemplo verificou-se um grau de execução nos impostos diretos, ligeiramente acima dos 100% provando que não estamos interessados em empolar as previsões da receita correntes para não comprometermos a execução da despesa corrente.

No que se refere à receita de capital a mesma está diretamente condicionada às transferências do QREN e às conclusões dos respetivos processos, pelo que a execução neste parâmetro atingiu cerca de 38%. Acrescentar ainda neste aspeto a dificuldade em encaixar receita de capital pela venda de bens patrimoniais face à conjuntura económica desfavorável do País.

Ainda na receita e claro com implicações na satisfação de compromissos na despesa, de referir a quebra bastante acentuada verificada nas transferências do Orçamento do Estado nos últimos 2 anos. Em 2011 e em comparação com o ano de 2010, estas transferências foram inferiores em mais de 136 mil euros.

A despesa total teve um grau de execução de 65% em relação às previsões corrigidas. Nas despesas correntes a execução foi de 84,5%. Nas despesas de capital foi de 42%, resultados um pouco abaixo das nossas perspetivas mas justificadas por tudo o que foi dito anteriormente em relação às quebras significativas da receita.

Dos 4.423.393 euros pagos nas despesas correntes, mais de 2,3 milhões de euros referem-se a pagamentos e encargos com o pessoal, representando cerca de 52% deste tipo de despesas e 36,6% em relação ao total geral da despesa. No entanto de referir e conforme demonstra o mapa seguinte, estes custos têm vindo a decrescer nos últimos anos.

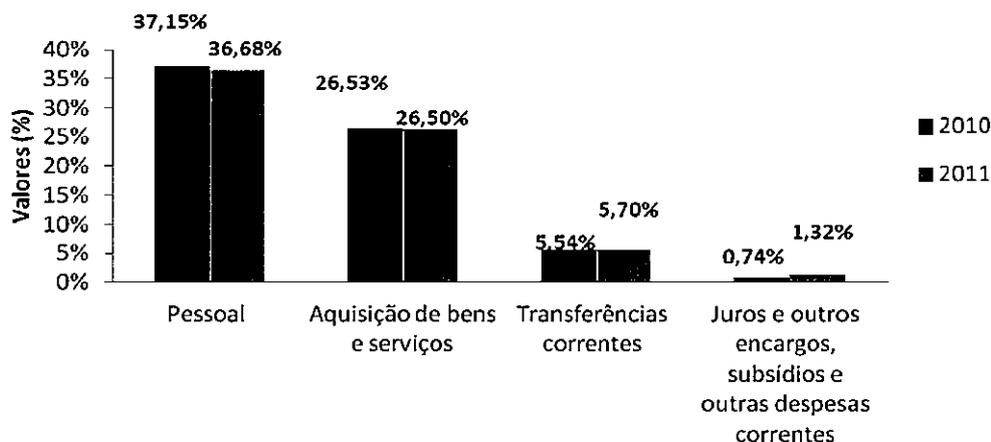
**ESTRUTURA NAS DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTAIS:**

Em termos específicos verificaram-se os seguintes valores:

DESPESA ORÇAMENTAL:

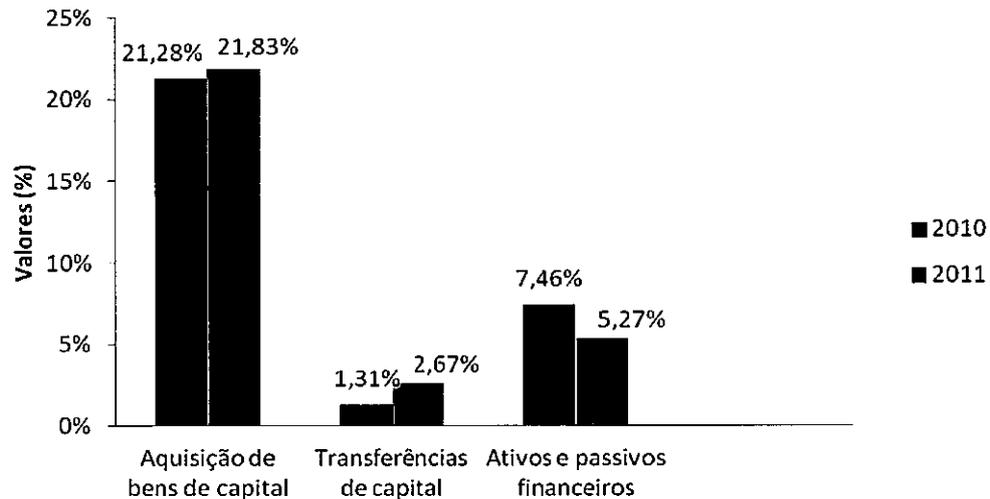
Em Euros

DESCRIÇÃO	Ano de 2011		Ano de 2010		Variação	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Pessoal	2.310.928	36,64%	2.477.151	37,15 %	-166.223	-6,71%
02 – Aquisição de bens e serviços	1.669.995	26.48%	1.769.331	26,53 %	-99.336	-5,61%
03 – Juros e outros encargos	56.604	0.90%	30.487	0,46 %	26.117	85,67%
04 – Transferências correntes	359.222	5.70%	369.207	5,54 %	-9.985	-2,70%
05 – Subsídios	10.025	0.16%	11.685	0,18 %	-1.660	-14,21%
06 – Outras despesas correntes	16.619	0.26%	6.813	0,10 %	9.806	143,93%
SOMA DESPESAS CORRENTES	4.423.393	70,13%	4.664.675	69,95%	-241.282	-5,17%
07 – Aquisição de bens de capital	1.377.145	21.83%	1.418.972	21,28 %	-41.827	-2,95%
08 – Transferências de capital	168.357	2.67%	87.067	1,31 %	81.290	93,36%
09 – Ativos financeiros	6.346	0.10%	0	0	6.346	0
10 – Passivos financeiros	331.976	5.26%	497.535	7,46 %	-165.559	-33,28%
SOMA DESPESAS DE CAPITAL	1.883.824	29,87%	2.003.574	30,05%	-119.750	-5,98%
TOTAL GERAL	6.307.217	100,0%	6.668.249	100,0%	-361.032	-5,41%

**Despesa Orçamental
(despesas correntes)**



Despesa Orçamental (despesas de capital)



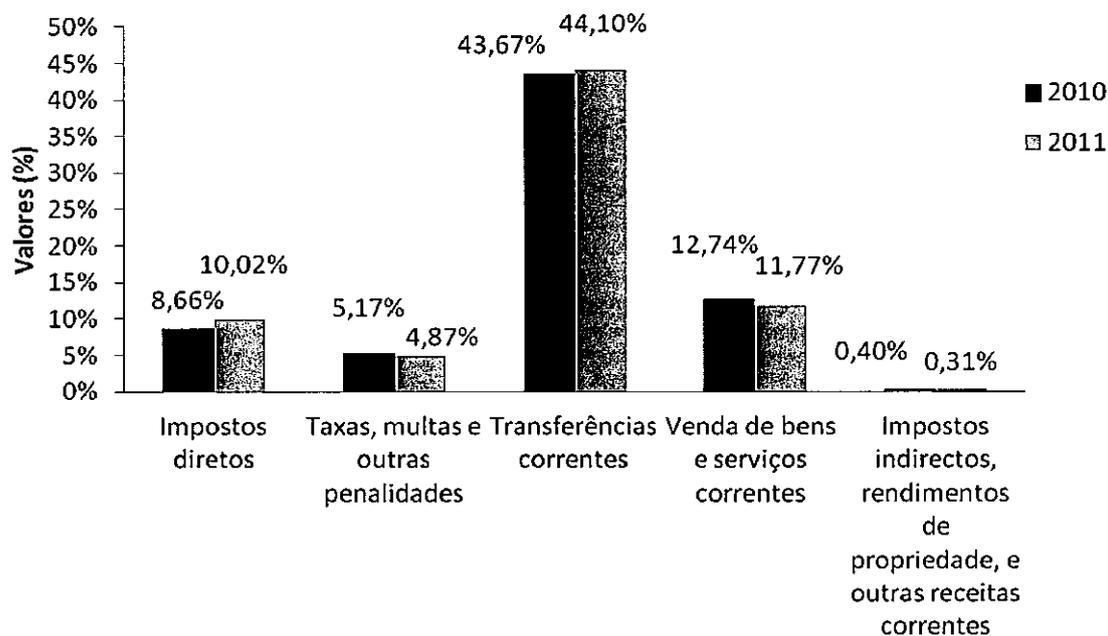
RECEITA ORÇAMENTAL:

Em Euros

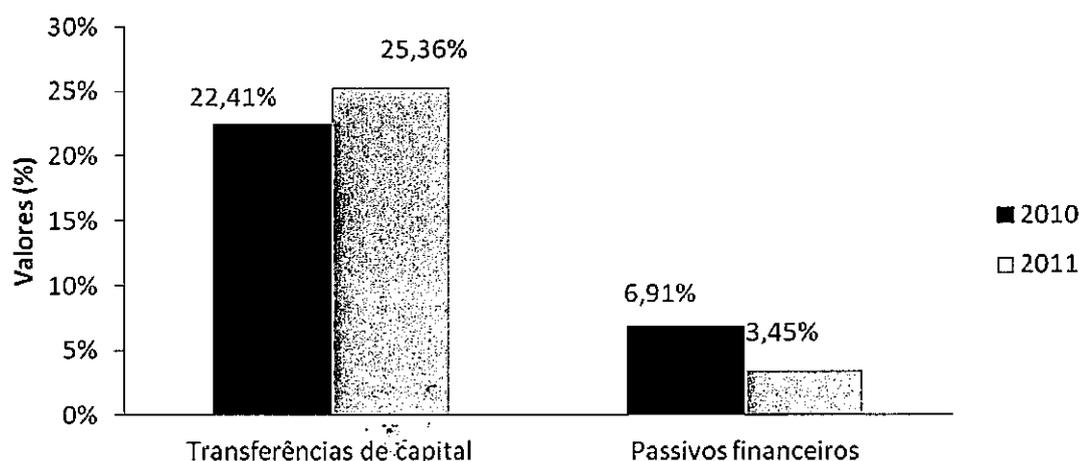
DESCRIÇÃO	Ano de 2011		Ano de 2010		Variação	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Impostos directos	624.449	10,02	579.423	8,66 %	45.026	7,77%
02 – Impostos indirectos	17.630	0,28	1.551	0,02 %	16.079	1036,69%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	303.397	4,87	345.865	5,17 %	-42.468	-12,28%
05 – Rendimentos de propriedade	362	0,01	14.919	0,22 %	-14.557	-97,57%
06 – Transferências correntes	2.748.305	44,10	2.922.750	43,67 %	-174.445	-5,97%
07 – Venda de bens e serviços correntes	733.603	11,77	852.718	12,74 %	-119.115	-13,97%
08 – Outras receitas correntes	1.372	0,02	10.778	0,16 %	-9.406	-87,27%
SOMA RECEITAS CORRENTES	4.429.118	71,07	4.728.004	65,03 %	-298.886	-6,32%
09 – Venda de bens de investimento	7.586	0,12	2.900	0,04 %	4.686	161,59%
10 – Transferências de capital	1.580.232	25,36	1.499.974	22,41 %	80.258	5,35%
12 – Passivos financeiros	215.000	3,45	462.602	6,91 %	-247.602	-53,52%
SOMA RECEITAS CAPITAL	1.802.818	28,93%	1.965.476	29,36 %	-162.658	-8,28%
TOTAL GERAL	6.231.936	100,00%	6.693.480	100,00%	-461.544	-6,90%



Receita Orçamental (receita corrente)



Receita Orçamental (receita de capital)



Como podemos verificar, e por todas as contingências desfavoráveis já enunciadas a despesa total caiu mais de 361 mil euros em relação ao ano de 2010. Em termos de valores e para além dos passivos financeiros onde se registou uma redução de 165.559 euros, a aquisição de bens e serviços e despesas com o pessoal baixaram respetivamente 99.336 euros e 166.223 euros.

A rubrica de ativos financeiros apresenta um valor de 6.346 euros referente a parte da participação do Município na LT – Sociedade de Reabilitação Urbana.

As transferências de capital registaram um aumento de cerca de 81 mil euros, motivado essencialmente pelo pagamento de 73.522,73 Euros à Administração da Região Hidrográfica do Tejo.

No mapa seguinte destacamos os programas mais relevantes do ano de 2011, inseridos nas Grandes Opções do Plano, bem como a distribuição dos respetivos valores, comparando-os com o ano de 2010.

Designação	Ano 2011	2010
FUNÇÕES GERAIS:		
- Serviços Gerais de Administração Pública	247.138,29 €	179.768,36 €
FUNÇÕES SOCIAIS:		
- Educação	148.805,77 €	272.203,81 €
- Cultura	64.479,70 €	21.690,30 €
- Desporto, Recreio e Lazer	27.892,15 €	244.200,48 €
- Saneamento	22.713,24 €	50.336,80 €
- Protecção do Meio Ambiente – Conservação da Natureza	38.952,02 €	100.258,71 €
FUNÇÕES ECONÓMICAS:		
- Indústria e Energia	264.591,02 €	40.969,72 €
- Transportes e Comunicações	92.850,75 €	75.287,18 €
- Turismo – Desenvolvimento e Promoção	385.994,25 €	347.783,93 €

Podemos verificar que as áreas de atuação da Autarquia continuam a ser as mais diversas e a canalização dos investimentos é feita de uma forma racional, responsável e criteriosa tendo sempre em mente o aproveitar de todas as oportunidades de financiamento que nos surgem.

Nas Grandes Opções do Plano o nível de execução global foi cerca de 43% dos objetivos programados a médio prazo.

No que se refere ao PPI (Plano Plurianual de Investimentos), documento diretamente ligado aos bens de investimento do orçamento, verificou-se uma execução global de 35 %.

A execução destes documentos ficou particularmente condicionada pelo arranque das obras do Centro de Alto Rendimento da Golegã, cujos valores vão ter destaque já no decorrer do presente ano de 2012 e pelo facto de alguns pagamentos estarem dependentes das comparticipações que não foram transferidas.

Pese embora este condicionante, o valor global do PPI executado no ano de 2011, foi de 1.377.145,07 euros, distribuídos por diversos investimentos dos quais destacamos a Reabilitação do Parque de Campismo com pagamentos da importância de 378.160,40 euros.

Os restantes investimentos, referem-se à conclusão ou continuidade de obras iniciadas em anos anteriores, bem como referente a despesas com a conservação e reabilitação de estruturas e aquisição de equipamentos para as diversas áreas de atuação do Município.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – ACTIVO BRUTO - IMOBILIZADO

DESIGNAÇÃO		Em Euros		
		2011	2010	Diferença %
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO				
453	Outras construções e infra-estruturas	85.096	85.096	0,0 %
459	Outros bens do domínio público	6.573.944	6.556.154	+0,27%
445	Imobilizações em curso	9.200	9.200	0,0 %
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
431	Despesas de Instalação	155.689	152.765	+1,88%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	30.896	30.896	0,0 %
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.934	2.934	0,0 %
443	Imobilizações em curso	78.034	78.034	0,0 %
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
421	Terrenos e recursos naturais	2.392.017	2.391.415	+0,03%
422	Edifícios e outras construções	19.889.751	19.518.901	+1,86%
423	Equipamento básico	2.183.959	2.087.040	+4,44%
424	Equipamento de transporte	418.670	415.844	+0,67%
425	Ferramentas e utensílios	134.862	129.592	+3,91%
426	Equipamento administrativo	916.580	890.900	+2,80%
429	Outras imobilizações corpóreas	1.752.317	1.662.510	+5,13%
442	Imobilizações em curso	841.758	36.058	+95,72%
448	Adiantamentos por conta de imob. Corpóreas	1.120	1.120	0,0 %
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
411	Partes de capital	354.255	655.850	-85,14%
TOTAL		35.821.082	34.704.310	+3,12%



A análise à estrutura do imobilizado da Câmara Municipal da Golegã, verificou-se um aumento global de 1.116.772 euros, em relação ao ano de 2010, representando 3,12%.

Referir o aumento das imobilizações em curso motivado essencialmente pelo investimento das obras de Reabilitação do Parque de Campismo.

A estrutura do investimento municipal com maior peso continua a verificar-se nas Imobilizações Corpóreas, representando 79,65 % da estrutura total.

CUSTOS E PROVEITOS

CUSTOS

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos no exercício de 2011 é o seguinte:

Em Euros

Designação	Ano de 2011		Ano de 2010		
	Valores	%	Valores	%	
61	Custo das matérias consumidas	255.053	4,64 %	188.654	3,21 %
62	Fornecimentos e serviços externos	1.606.714	29,26 %	1.608.146	27,33 %
64	Custos com pessoal	2.092.219	38,10 %	2.479.190	42,13 %
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	377.315	6,87 %	387.243	6,58 %
65	Outros custos e perdas operacionais	0	0	0	0
66+67	Amortizações e provisões do exercício	1.103.966	20,10 %	1.145.162	19,46 %
68	Custos e perdas financeiras	36.114	0,66 %	54.384	0,92 %
69	Custos e perdas extraordinárias	19.649	0,36 %	21.782	0,37 %
TOTAIS		5.491.030	100,00%	5.884.561	100,00%

Em termos gerais os custos tiveram um decréscimo considerável em relação ao ano de 2010, cerca de 393 mil euros, o que prova a intenção de reduzir os custos até ao limite.

Os custos com pessoal representaram 38,10% da estrutura de custos, inferior ao peso percentual verificado em 2010. De referir que nesta rubrica se encontram englobadas todas as remunerações bem como os encargos sociais.

De salientar ainda o peso das amortizações do exercício que ascendeu a mais de um milhão e cem mil euros, decorrente do cumprimento do POCAL relativamente aos custos com o património.

**PROVEITOS**

Em Euros

Designação	Ano de 2011		Ano de 2010		
	Valores	%	Valores	%	
71	Venda e prestações de serviços	818.388	14,47 %	879.756	14,65 %
72	Impostos e taxas	906.617	16,03 %	958.203	15,96 %
74	Transferências e subsídios obtidos	3.771.963	66,68 %	3.978.833	66,26 %
78	Proveitos e ganhos financeiros	373	0,01 %	20.685	0,34 %
79	Proveitos e ganhos extraordinários	159.719	2,82 %	167.387	2,79 %
TOTAIS		5.657.060	100,00%	6.004.864	100,00 %

Este quadro evidencia a dependência face às receitas provenientes das transferências (66,68%) já que aqui se englobam as verbas dos fundos comunitários e as transferências provenientes da aplicação da Lei das Finanças Locais. No Exercício de 2010 esta dependência foi de 66,26%. Verifica-se um aumento ligeiro em termos percentuais mas uma diminuição considerável em relação aos valores – cerca de 207 mil euros.

Em termos totais essa diminuição foi cerca de 347 mil euros, registando-se em todas as rubricas uma ligeira diminuição.

b) – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**Autonomia Financeira:**

Fundos Próprios e Passivo Passivo Total	Ano de 2011	Ano de 2010
	810,39 %	728,64 %
Fundos Próprios Activo Líquido	Ano de 2011	Ano de 2010
	68,36 %	68,11 %

**Liquidez Geral:**

	Ano de 2011	Ano de 2009
$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	24,39 %	18,42 %

Solvabilidade:

	Ano de 2011	Ano de 2010
$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}}$	479,11 %	213,59 %

Capacidade do Endividamento:

	Ano de 2011	Ano de 2010
$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Capitais permanentes}}$	91,09 %	90,56 %

Estrutura do Endividamento:

	Ano de 2011	Ano de 2010
$\frac{\text{Dívidas a terceiros de curto prazo}}{\text{Fundos Próprios e Passivo}}$	5,65 %	6,63 %

Grau de Dependência:

	Ano de 2011	Ano de 2010
$\frac{\text{Empréstimo de Curto, Médio e Longo Prazo}}{\text{Activo Líquido Total}}$	6,69 %	7,10 %

Rácios Orçamentais:

	Ano de 2011	Ano de 2010
$\frac{\text{Receita Total}}{\text{Despesa Total}}$	98,81 %	100,38 %

	Ano de 2011	Ano de 2010
$\frac{\text{Receitas Correntes}}{\text{Despesas Correntes}}$	100,13 %	101,36 %

	Ano de 2011	Ano de 2010
$\frac{\text{Receitas de Capital}}{\text{Despesas de Capital}}$	95,70 %	98,10 %

	Ano de 2011	Ano de 2010
$\frac{\text{Despesa com o Pessoal}}{\text{Despesa Total}}$	36,64 %	37,15 %



Os indicadores apresentados dão conta que o Município da Golegã possui uma boa saúde financeira e está claramente em melhoria contínua em comparação com anos anteriores.

Apesar da conjuntura económica e social vivida, tem havido lucidez no sentido de adaptar e reescalonar a realização de custos com as limitações das nossas disponibilidades.

Por vezes não é fácil confrontarmo-nos com situações desfavoráveis, não só a nível financeiro mas também com as profundas alterações legislativas que se têm verificado nos últimos anos, pelo que estamos conscientes que todos os assuntos devem ser tratados com atenção, transparência e rigor.

Sentimo-nos assim, tranquilos, pelos resultados obtidos.

c)- EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Caracterização da Dívida		2011	2010	2009
1	Clientes e utentes c/cauções	10.881,40 €	10.881,40 €	11.278,51 €
2	Estado e outros Entes Públicos	26.955,57 €	29.831,93 €	29.271,62 €
3	Outros credores-Op.deTesouraria	2.190,38 €	2.117,20 €	10.650,69 €
4	SOMA	40.027,35 €	42.830,53 €	51.200,82 €
5	Fornecedores c/c	866.997,39 €	1.095.350,59 €	1.182.057,34 €
6	Estado e outras Instituições	0,00 €	0,00 €	0,00 €
7	Outras Dívidas	24.431,10 €	48.483,45€	57.980,76 €
8	Fornecedores de imobilizado	641.722,71 €	649.426,84 €	903.067,70 €
9	Fornecedores de Leasing	33.363,38 €	49.051,57 €	5.693,82 €
10	SOMA	1.566.514,58 €	1.842.312,45 €	2.148.799,62 €
11	SUB-TOTAL (4 + 10)	1.606.541,93 €	1.885.142,98 €	2.200.000,44 €
12	- Empréstimos Contraídos	1.900.380,92 €	2.017.356,95 €	2.052.290,21 €
13	TOTAL GERAL	3.506.922,85 €	3.902.499,93 €	4.252.290,65 €

Deste mapa temos que excluir as importâncias a entregar ao Estado e outras Entidades através de movimentos de Operações de Tesouraria, conforme demonstra a soma do ponto 4, perfeitamente controlada mediante o saldo apresentado na respetiva conta.

A dívida está numa situação equilibrada e controlada representando um valor de 12,34% do Ativo Líquido do Município. Valores inferiores aos anos anteriores, já que em 2009 este rácio era cerca de 15% e em 2010 cerca de 14%.

Em relação aos empréstimos a médio e longo prazo registou-se uma diminuição em relação ao ano de 2010, em virtude de no ano de 2011 não termos recorrido a esta fonte de financiamento. Apenas recorremos ao empréstimo de curto prazo liquidado no próprio ano de 2011 e que serviu apenas para fazer face a pagamentos de faturas de investimentos participados.

A nível geral, de referir o facto de no ano de 2011, a dívida ter decrescido mais de 10% em relação ao ano de 2010. De referir ainda que apenas foi utilizada pouco mais de 51% da nossa capacidade de endividamento.

d)- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Após análise do Balanço e da Demonstração de Resultados, em conformidade com o Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no ponto 2.7.3 do mesmo diploma legal, propõe-se que:

- 1- O Resultado Líquido do exercício no valor de **166.029,83** Euros seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (POCAL – 2.7.3.2.);
- 2- Posteriormente se constituam reservas legais no montante de **8.301,50** Euros equivalente a 5% do Resultado Líquido do exercício (POCAL 2.7.3.5.).
- 3 – Não se efetua qualquer reforço do património previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL em virtude deste corresponder a mais de 20% do ativo líquido. No final do ano de 2011 correspondia a 66,72%.

e)- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Neste ano de 2012 e após o encerramento do exercício de 2011 verificou-se a necessidade do Município da Golegã recorrer a um empréstimo de curto prazo até ao valor de 372.000 Euros para fazer face ao pagamento de facturas de imobilizado referentes essencialmente a investimentos candidatados aos fundos comunitários.

De referir ainda que na sequência do contrato assinado com a empresa Fragoso & Filhos Lda., se procedeu à consignação da obra do Centro de Alto Rendimento da Golegã – Desportos Equestres.

Verificou-se também a conclusão das obras de Reabilitação do Parque de Campismo da Golegã, bem como a sua reabertura ao público.

Em conclusão, e face a uma conjuntura particularmente difícil nomeadamente:

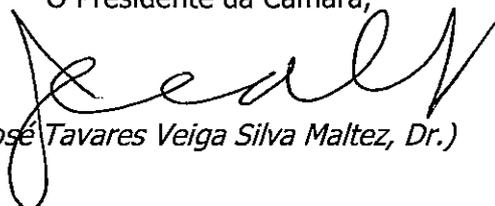
- Retração da atividade económica em Portugal, condicionada também por um abrandamento e retração da mesma em alguns países da zona Euro com os quais temos relações comerciais que favorecem a nossa balança comercial, e que implicaram um programa de ajustamento económico e financeiro que funciona como um autêntico espartilho à autonomia das autarquias locais;
- Diminuição da receita por via da forte redução das transferências do Orçamento do Estado (455 mil euros, desde Junho de 2010 até ao momento atual), acrescida da diminuição da receita própria com origem na atividade económica do setor da construção, da compra e venda de imóveis e fornecimento de bens e serviços;
- Gestão rigorosa da despesa, onde tem havido todo o empenho no sentido de haver cada vez mais um melhor enquadramento dos recursos financeiros.

Ou seja, num cenário altamente desfavorável, nunca descoramos o investimento e o Município da Golegã alcançou resultados bastantes positivos no ano de 2011 a todos os níveis, conseguindo inclusivamente reduzir a dívida total de 2009 até agora em cerca de 750 mil euros.

Temos a certeza que tudo fizemos para dar cumprimento nas matérias em apreciação, declarando a nossa disponibilidade, que é permanente, para o esclarecimento de quaisquer dúvidas que surjam sobre este conjunto de documentos, agora elaborados.

Golegã, 26 de Março de 2012.

O Presidente da Câmara,



(José Tavares Veiga Silva Maltez, Dr.)